

V Simpósio Brasileiro Online de
Gestão Urbana

28 a 30 de julho 2021



Trabalho Inscrito na Categoria de Artigo Completo
ISBN 978-65-86753-31-8

EIXO TEMÁTICO:

- () Cidades inteligentes e sustentáveis
- () Conforto Ambiental e Ambiência Urbana
- () Engenharia de tráfego, acessibilidade e mobilidade urbana
- (X) Habitação: questões fundiárias, imobiliárias e sociais
- () Patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico
- () Projetos e intervenções na cidade contemporânea
- () Saneamento básico na cidade contemporânea
- () Tecnologia e Sustentabilidade na Construção Civil

Acesso a terras públicas e a luta por moradia no interior do Estado de São Paulo: O caso de Bauru-SP

Access to public land and the struggle for housing in the interior of São Paulo State: the case of Bauru-SP

El acceso a las tierras públicas y la lucha por la vivienda en el interior del Estado de São Paulo: El caso de Bauru-SP

Kelly Cristina Magalhães

Professora Doutora, UNESP, Brasil
Kelly.magalhaes@unesp.br

RESUMO

A ausência de políticas públicas inclusivas de acesso à moradia tem sido constante tema de debate em todo Brasil. Efeito deste afastamento do Estado, o fortalecimento de movimentos sociais de luta por moradia transforma o cenário de cidades no interior do país, como o caso de Bauru-SP. Temos como exemplo o Movimento Social de Luta dos Trabalhadores (MSLT), que defende o direito à moradia para famílias de baixa renda e busca promover o direito ao acesso à terra para a população mais vulnerável no município em questão. Apresentamos, neste trabalho, o Estudo de caso fruto da aproximação do Projeto de extensão Paisagem e comunidade que tem como objetivo desenvolver uma proposta projetual para a comunidade do acampamento Nova Canãa.

Analisa-se, fundamentalmente, três aspectos, quando possível:

1. O acesso à terra como dimensão da noção de território, premissa que possibilitou uma investigação sobre as condições de acesso à moradia a partir da aproximação com assentamentos dos movimentos sociais, 2. A aproximação dos entes cidade e floresta para compreensão dos problemas em torno da imersão da cidade na mata de cerrado e a relação das populações com os fragmentos remanescentes da vegetação predominante no sítio onde se instalou a cidade de Bauru. 3. Apresentar a cidade como laboratório a partir de um Roteiro de Análise de sua paisagem com o propósito de dar contornos a um projeto da paisagem.

PALAVRAS-CHAVE: Luta por moradia, Movimentos sociais, Déficit habitacional,

ABSTRACT

The absence of inclusive public policies of access to housing has been a constant subject of debate throughout Brazil. As a result of the State's withdrawal, the strengthening of social movements fighting for housing has transformed the scenario of cities in the interior of the country, as in the case of Bauru-SP. We have as an example the Workers' Struggle Social Movement (MSLT), which defends the right to housing for low-income families and seeks to promote the right to access to land for the most vulnerable population in the municipality in question. In this paper we present the case study resulting from the approach of the extension project Landscape and Community which aims to develop a project proposal for the community of Nova Canãa camp.

We analyse, fundamentally, three aspects, when possible:

1. Access to land as a dimension of the notion of territory, a premise which enabled an investigation into the conditions of access to housing, based on an approximation with social movement settlements; 2. 3. to present the city as a laboratory, based on a Roadmap for Analysis of its landscape with the purpose of outlining a landscape project.

KEY WORDS: Fight for housing, Social Movements, Housing Deficit,

RESUMEN

La ausencia de políticas públicas inclusivas de acceso a la vivienda ha sido un tema constante de debate en todo Brasil. Como efecto de esta retirada del Estado, el fortalecimiento de los movimientos sociales que luchan por la vivienda transforma el escenario de las ciudades del interior del país, como en el caso de Bauru-SP. Tenemos como ejemplo el Movimiento Social de Lucha de los Trabajadores (MSLT), que defiende el derecho a la vivienda de las familias de bajos ingresos y busca promover el derecho al acceso a la tierra de la población más vulnerable del municipio en cuestión. En este trabajo presentamos el estudio de caso resultante del enfoque del proyecto de extensión Paisaje y comunidad que tiene como objetivo desarrollar una propuesta de proyecto para la comunidad del campamento de Nova Canãa. Analizamos, fundamentalmente, tres aspectos, cuando es posible:

1. El acceso a la tierra como una dimensión de la noción de territorio, premisa que permitió una investigación sobre las condiciones de acceso a la vivienda a partir de la aproximación con los asentamientos de los movimientos sociales, 2. La aproximación de la ciudad y las entidades forestales para entender los problemas en torno a la inmersión de la ciudad en el bosque cerrado y la relación de las poblaciones con los fragmentos restantes de la vegetación predominante en el sitio donde se instaló la ciudad de Bauru. 3. presentar la ciudad como un laboratorio a partir de un análisis de la hoja de ruta de su paisaje con el fin de dar contornos a un proyecto de paisaje.

PALABRAS CLAVE: Lucha por la vivienda, Movimientos Sociales, Déficit de Vivienda,

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, colocamos como ponto inicial a discussão da necessidade de revisão da destinação de terras públicas, até o momento em desuso, com a possibilidade da criação de uma agenda urbana de integração moradia e a definição de parâmetros projetuais para o projeto de uma paisagem ativa. As terras públicas formam um acervo de áreas que estão sob a tutela da Secretaria de Patrimônio da União- SPU e outros órgãos federais, sendo estes órgãos responsáveis pela administração de terrenos e bens imóveis, sem, contudo responsabilizar se pelo destino dessas áreas. Por ser pública, a propriedade tem na sua essência a função social e assim, a função social não precisa ser reafirmada. Dentro desse contexto, o debate sobre a terra pública como exercício de cidadania se coloca urgente. Como se sabe, o Estatuto incide diretamente sobre terras particulares fazendo com que estas exerçam a sua função social preconizada pelo movimento de Reforma Urbana dos anos 1970 e 1980.

Assim, admitem-se três aspectos, quando possível, para serem abordados. Em primeiro lugar, tratar do acesso à terra como dimensão da noção de território, premissa que possibilitou uma investigação sobre as condições de acesso à moradia a partir da aproximação com assentamentos dos movimentos sociais. Em outra dimensão, apresentar a cidade como laboratório a partir de um Roteiro de Análise de sua paisagem com o propósito de dar contornos a um projeto da paisagem e, por fim, analisar a relação da comunidade com a floresta para compreensão dos problemas em torno da relação da cidade com o cerrado e a relação das populações com os fragmentos remanescentes da vegetação, predominante no sítio onde se instalou a cidade de Bauru.

De ordem das diretivas de entidades que regulam a profissão do Arquiteto Urbanista, cria-se assim uma plataforma de interlocução da população com os técnicos, no âmbito da formação do curso de arquitetura e urbanismo, ao tomarmos a terra pública como importante meio de debate urbano e de acesso à moradia. Tais discussões são alicerçadas pelas ações em ATHIS- Assistência Técnica em habitação de Interesse Social, previstas na Lei 11.888 de 24 de novembro de 2008, que em seu artigo 1º “assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia”.

Quanto à orientações de abordagem da Lei de Regularização fundiária, toma-se os ditames da Lei 13.465, de 11 de julho de 2017 que “dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana” e “sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal” bem como “institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; e dá outras providências”.

Sendo assim, pode-se citar como exemplo o patrimônio ferroviário que perfaz um acervo imobiliário enorme e disponível em várias cidades. Os imóveis, em sua maioria, encontram-se sob a gestão, em parte, do Estado e em parte, da iniciativa privada. Conhecidamente, está destacado em dois grandes grupos: os imóveis operacionais (OP), que totalizam grandes extensões de trilhos e equipamentos sob concessão de uso por companhias privadas de transporte de mercadorias, e os não operacionais (NOP), um conjunto muito diverso de tipos de imóveis sobre a salvaguarda da Comissão de Inventariança da RFFSA, sob a tutela do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Grande parte deste patrimônio

já havia sido alienada pela empresa ferroviária pública, no entanto, o estoque restante, segundo os membros da Comissão de Inventariança da RFFSA e da SPU, é muito significativo (MAGALHÃES, 2017).

A possibilidade de realizar a transferência deste patrimônio à Secretaria de Patrimônio da União (SPU) é assegurada pela Lei nº 11483/2007. Assim também a transferência destes imóveis para a municipalidade garante certa autonomia municipal e alinha novas formas de gestão da terra urbana no território nacional.

Assim também, vale a pena mencionar o acervo imobiliário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que detém inúmeros imóveis em meio ao ambiente urbano em várias regiões do país, concentra terras oriundas dos terrenos. Como afirma Maricato (2008) Essa concentração fundiária é catalisadora de processos que desencadeiam o verdadeiro abismo, de renda e desigualdade, existente entre ricos e pobres; é também um dos obstáculos para a reforma urbana e para a implementação de uma política inclusiva de acesso à terra “seja no campo ou na cidade, a propriedade da terra continua a ser um nó na sociedade brasileira”. Vale ressaltar que a concentração da propriedade privada da terra no Brasil se situa no centro do conflito social, alimenta processos de desigualdade entre ricos e pobres e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico.

Embora não haja, entre os milhares de municípios brasileiros, um cenário único quanto à gestão das terras públicas municipais, destacam-se algumas características comuns. As terras públicas municipais foram originadas, principalmente, por terras devolutas existentes nas áreas urbanas e pela doação de áreas públicas por ocasião do parcelamento do solo para fins urbanos.

A terra pública, aquela que não foi incorporada a esse processo de urbanização, pode ser entendida como o acervo de patrimônio público que facilmente dará condições de famílias que hoje não tem onde morar, se instalarem. Assim como seu destino, em razão da ineficiência gerada pelo mau uso, por suas dimensões e pelas oportunidades que oferecem para a consecução de objetivos específicos, podem ser aferidos e melhor geridos. Sendo assim, é fundamental para garantir o acesso à terra e o desenvolvimento de grandes projetos de urbanização, apreender os seguintes aspectos: Onde está? Qual sua dimensão? A quem pertence de fato? Quais políticas públicas incidem sobre a terra, já estão previstas em Plano Diretor? Porque existe?

2. O ACESSO À TERRA COMO DIMENSÃO DA NOÇÃO DE TERRITÓRIO E PAISAGEM

A paisagem torna-se o instrumento através do qual podemos abordar a complexidade da cidade contemporânea, encontrando em categorias aparentemente obsoletas, novas formas de legitimidade da ação. Para Sampieri (2008), “a força da paisagem é a capacidade de gerenciar a heterogeneidade através uma espécie de nebulosa envolvente, capaz de tornar inofensiva a pluralidade, para expurgar o conflito. “Dentro da paisagem cada um encontra o seu lugar” (SAMPIERI, 2008, p. 58).

Como obra coletiva, a cidade envolvida por sua paisagem, consolidam um par para compreensão de novos atores sociais. A abordagem participativa na elaboração de projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, de acordo com Boucinhas (2005, p. 10), pode fortalecer as novas formas de gestão democrática dos espaços públicos, aumentando as possibilidades da comunidade contribuir na definições de parâmetros de qualificação dos espaços de suas ações cotidianas. Assim, delimitamos a população como eminentemente ativa, representada através

de quatro grupos diferentes: a comunidade de habitantes do assentamento, que será objeto da experiência, as lideranças, a comunidade em geral e uma equipe de proponentes, alunos e professores. Todos devem ter relação com a área, direta ou indiretamente, através de uma agenda de atividades, esclarecendo as frequentes necessidades de atuação na área do projeto.

A esfera da participação ainda possibilita a aproximação com temas, tais como, democracia, representação, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, inclusão. Para além da utilização de práticas sociais, determinar ações de qualificação do bairro ainda permite a compreensão da concretude das ações engendradas nas lutas, movimentos e organizações, de modo a alcançar algum objetivo. Deste nível de interpretação das intervenções operacionais, na escala do bairro, colocando-o como lugar de projetos urbanos, como também a possibilidade de interpretações da vida social, trata-se de estabelecer conteúdos de análise da relação do grupo social em questão a partir da relação terra e território, da dimensão de apropriação do grupo com os valores da paisagem destacando-se a proximidade da floresta remanescente nessas áreas e o valores da cidade como paisagem.

O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta. Quanto ao território, entende-se pelo espaço geográfico impregnado da ação política ou a dominação e que se define a partir das relações de poder.

Para Claude Raffestin (1974) esse poder é exercido pelos agentes que emergem do grupo social que ocupa e molda determinado território.

O território, segundo o autor, “se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN apud MAGALHÃES, 2016, p.11). O espaço é território do projeto, sobre ele são justapostas, sobrepostas e combinadas as formas que o grupo social estrutura esse território.

O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (...)

O projeto é sustentado por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que, é claro, supõem a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais. É preciso, pois, compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são reveladas por meio de códigos e de sistemas sêmicos (RAFFESTIN, 1974, p.2-3).

A paisagem é em última instância a forma que melhor responde a interpretação das constantes mudanças do espaço social construído e edificado. Assim entende-se que ela pode ser pensada e organizada para que tais forças se equilibrem no sentido de melhor extrair do espaço natural formas de vida. E para isto deve ser projetada.

A proposta projetual consiste em aproximar os termos paisagem e participação, tendo como foco principal grupos sociais que estão em constantes deslocamentos na cidade. Criar condições para a construção junto das comunidades de um Laboratório da Paisagem e que a escola se coloque como equipamento que identifica o lugar em que a comunidade está.

Como princípio, deve-se identificar as formas físicas de sua estrutura e como a comunidade as observa, para então entender seu processo de transformação, assim como, alçar um profundo conhecimento sobre aspectos fundantes dos elementos de composição da paisagem, analisado dentro do mosaico, para que se estabeleçam novas formas de intervir na paisagem. Posteriormente encontrar suas potencialidades e conflitos para então gerar

hipóteses de projeto criando oportunidades de construir ferramentas de um novo projeto, o projeto de paisagem junto da comunidade.

O reconhecimento da paisagem vivida por comunidades que estão em constantes deslocamentos na cidade é o que se pretende confrontar com as formas de relato da paisagem por esses grupos. Como resultados ideais da atividade do pesquisador, almeja-se que ao se afastar restará a possibilidade da presença de uma “uma linguagem física decodificável no seu dia-a-dia” (PEREIRA, 2006, P.88).

Quanto ao projeto da Escola ao invés de pátios pensar em praças coletivas e praças individuais, em variadas escalas. Sendo assim, o pátio escolar deve funcionar por seu caráter pedagógico e funcionar estabelecendo novos níveis de interação entre a prática pedagógica, seguida pela instituição, e a comunidade. Portanto, o projeto da escola deverá partir das necessidades da comunidade em que a área está inserida.

Propõe-se uma aproximação com a Pedagogia Freireana que considera que a escola de assumir o papel de ser o um centro de direitos e de deveres junto da comunidade, formalizando assim uma formação cidadã, “coerente com a liberdade, coerente com o seu discurso libertador”. Sendo então a escola de comunidade. A escola deve apropriar-se da estética, da cultura e das infraestruturas presentes no seu entorno. De preferência possibilitar o uso do espaço até mesmo fora do horário de funcionamento. A escola como um lugar que possibilita a experimentação, tanto nos aspectos táteis, quanto na união do lúdico com o científico (PEREIRA, 2006, P.89).

3. LUTA PELA TERRA E NOVO DESENHO DO TERRITÓRIO

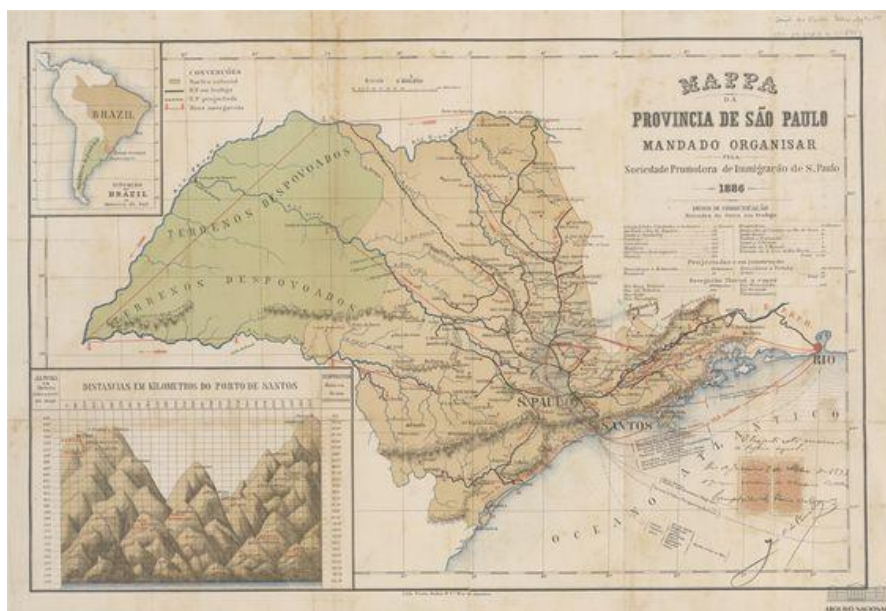
A notícia é alarmante e dá destaque à região de Bauru como “o novo Pontal do Paranapanema” em 2017, “denominação que foi dada por conta da dimensão de áreas improdutivas e devolutas e pelo fato de a região ser considerada o principal foco de conflitos de posses em todo o Estado” (JCNET, acesso 15/10/2019), e que possibilitou inserção destas terras na agenda de debates sobre a disponibilidade de terras para o assentamento de populações e fortalecimento dos movimentos de luta por moradia.

A cidade de Bauru está localizada na franja de conquista do oeste do Estado de São Paulo, ocupação que se deu tardiamente em meados do século XIX. Por um longo período, a região ficou conhecida como Sertão de Bauru, onde pioneiros mineiros, desinteressados de participar da Guerra do Paraguai, se embrenhavam na conquista de terras, porém os habitantes indígenas da região eram temidos e isto dificultou o acesso de exploradores.

O Mapa da Província do Estado de São Paulo data de 1886 e foi elaborado pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, apresenta a extensão das terras possivelmente devolutas no final do século XIX, considerando terras que até esse período terras/terrenos permaneciam despovoados toda a porção oeste do estado, onde a rede ferroviária ainda não havia avançado.

Não se pode afirmar que todas essas terras eram públicas, pois parte delas pode ter sido objeto de títulos de domínio válidos, embora não tenha sido ocupada. Isto mostra que a concepção liberal de propriedade baseada em títulos abstratos e não na relação do homem com a terra levou à sua sub-utilização e à desigualdade na sua distribuição (MORETTI, 2005: 34).

Figura 1: Mapa da Província do Estado de São Paulo data de 1886



Fonte: Arquivo Nacional: Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo
<https://br.pinterest.com/arquivonacional/>

O poder da concessão de terras devolutas sempre esteve nas mãos dos Estados, sendo assim as oligarquias locais, que passaram a ter competência legislativa, assumiram o “incontrolado direito de distribuição de terras devolutas, inclusive podendo alterar as regras contidas na Lei 601/1850 (Lei de Terras)”, consolidando em meio ao ambiente urbano e ampliando o “injusto sistema do latifúndio, com as correspondências que até hoje assistimos de violência no campo e miséria na cidade” (MORETTI, 2005: 32).

Na primeira metade do século XX, na direção do Vale do Rio Ribeira do Iguape e do Centro e Extremo-Oeste do Estado, particularmente no Pontal do Rio Paranapanema, áreas públicas, quer fossem reservadas por lei ou não, foram invadidas e negociadas, derrubando-se matas para a instalação de latifúndios (MORETTI, 2005: 29).

Até a República, a paisagem que se formou na região do município de Bauru era composta de um emaranhado de terras parceladas para o plantio e criação de gado, assim como também a formação de capelas, em virtude da doação de terras a santos Católicos para a formação de cidades (GHIRARDELO, 1998: 11).

Logo, a questão do crescimento urbano poderá ser compreendida pelo crescimento do interesse em parcelar terras e inseri-las no mercado imobiliário, bem como o meio legal estabelecido por bases políticas para implementação de instrumentos e técnicas de controle do uso do solo urbano. Tais formas de controle, em geral, tratavam-se ditames estaduais ou federais, que pouco compreendem características locais e possíveis parâmetros para o desenho urbano. Assim, as formas tradicionais de incorporação de novas áreas às áreas urbanizadas foram sempre acompanhadas por um conjunto de regras sem qualquer indicativo de se discutir qualidade espacial e estética, questões ambientais, melhora adequação das áreas livres de edificação, entre outros aspectos.

São demarcados os conflitos socioambientais partindo da análise intensiva de casos históricos de ocupação no município estudado, observando esses casos na perspectiva da tensão de deslocamentos desses grupos e de um processo de territorialização em uso dos recursos naturais, bem como viabiliza o entendimento do projeto urbano na tomada de decisão

para práticas ecológicas de ações no espaço da cidade. Os grupos sociais são identificados a partir de suas práticas de ocupação em terras ociosas, pois essas práticas circunscrevem formas de resistência da comunidade em meio a escassez de políticas de atendimento ao provimento de habitação.

3.1 O bairro Nova Canaã e a lutas pelo direito à terra, ao território e à paisagem

Na atualidade, em resposta ao processo de consolidação de políticas públicas que exclui as classes mais baixas do acesso à políticas de habitação, os movimentos sociais de luta por moradia se espalharam pelo Brasil, em consonância com os movimentos de luta pela terra. Dentre esses movimentos, podemos citar o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que enfrenta um embate para o acesso à terra pela Reforma Agrária, ao mesmo tempo que movimentos sociais propagados em meados do século XX, assumiram a pauta nas cidades. Atuando no interior do Estado de São Paulo, mais especificamente na cidade de Bauru, o MSLT (Movimento Social de Luta dos trabalhadores Campo e Cidade) tornou-se elo entre os excluídos dos sistemas de habitação de interesse social e a vida urbana.

O modus operandi do MSLT tem sido através de ocupações de terras públicas, a fim de possibilitar a imediata regularização de uso e ocupação dessas áreas. Nestes casos, a viabilidade de sua Regularização Fundiária, bem como a permanência dessas famílias nas áreas ocupadas, é facilitada e se torna um estímulo à ocupação.

A implantação se deu em área já parcelada aproximadamente nos anos 1980. O parcelamento feito nesta época era feito com o desbaste excessivo de áreas vegetadas. A lógica de oferta desses lotes é a disponibilidade dessas terras para famílias de baixíssima renda e em lugares muito distantes da área central da cidade, bem como da oferta de bens e serviços. Os lotes têm facilidade de acesso pelo baixo custo e ficam à espera das benfeitorias.

Figura 2 Localização do assentamento Nova Canaã em meio a área de cerrado



Fonte: Imagem cedida pela SEPLAN- Secretaria de Planejamento do Município de Bauru-SP.

No caso da ocupação do assentamento Nova Canaã, que teve seu início no ano de 2013 com a chegada de cerca de 300 famílias, em sua maioria desempregados ou trabalhadores do mercado informal e permaneceu nas terras até janeiro de 2019.

A ocupação foi paulatina e, ao final de 2018, o acampamento contava com 670 famílias. O número de acampados e as condições precárias do acampamento forçaram o Ministério Público a elaborar um Termo de ajuste de conduta (TAC), que permitiria a permanência destas famílias por até três anos. O período do acordo refere-se ao tempo necessário, que o município considerou suficiente, para produzir programas de moradia e finalmente atender às demandas da população de baixa renda, contados da data de assinatura do documento. Nele constavam as obrigações da prefeitura para com as famílias, tais como fornecimento de caminhões pipa com 5000 litros de água, transporte das crianças até as escolas, transporte público até o acampamento. Antes de uma decisão judicial, as famílias não poderiam construir casas de alvenaria, pois a permanência não estava certa.

A implantação se deu em área já parcelada aproximadamente nos anos 1980. O parcelamento feito nesta época era feito com o desbaste excessivo de áreas vegetadas. A lógica de oferta desses lotes é a disponibilidade dessas terras para famílias de baixíssima renda e em lugares muito distantes da área central da cidade, bem como da oferta de bens e serviços. Os lotes têm facilidade de acesso pelo baixo custo e ficam à espera das benfeitorias.

Aos poucos, como não o comprometimento do loteador para a consolidação da gleba parcelada, as famílias vão deixando o local após pagarem parte do valor total do imóvel. Ou, em alguns casos, como se sabe. O loteador não é dono da terra e a parcelar para explorar famílias pobres e, por conseguinte, essas famílias têm que sair da área. Isto se tornou habitual na gestão do uso do solo na cidade. Ou seja, a figura do grileiro é uma constante na história da urbanização da cidade.

Figura 3: Parcelamento da gleba para posterior regularização fundiária



Fonte: Prefeitura Municipal de Bauru, SP

Pode-se perceber que o reconhecimento dos elementos da paisagem, no caso do assentamento Nova Canaã, pode ser observado pelos vários aspectos da sua paisagem natural e antrópica. Por paisagens naturais, temos a área de preservação ao redor do bairro, além da vegetação. É importante ressaltar que o solo arenoso da região pode causar carregamento de detritos e até erosão, portanto o cuidado com o aspecto da água na região é necessário. Já os aspectos humanos podem ser encontrados nas habitações, hortas, na praça e no sistema viário criado no solo. Dessa forma, considerando que as modificações ainda são provisórias, e ainda vão ser feitas definitivamente, pode-se perceber como a paisagem vai se transformando de acordo com as necessidades dos que ali vivem, e que essa transformação é constante e essencial para entender os processos urbanos. E finalmente a questão que se coloca é sobre os problemas que podem ser observados na paisagem analisada. Na região em que se instalou a cidade de

Bauru, tem os uma característica específica de solo e relevo. Isto equivale a dizer que a população mais vulnerável encontra-se em risco, pois o solo colapsível e muito suscetível a erosão pode causar maiores transtornos para o assentamento sem infraestrutura, o que leva a uma urgente e necessária orientação desse grupos na tomada de decisão de futuras ocupações.

4. CONCLUSÕES

Aqui propõem se uma intensa reflexão sobre o uso da terra pública para fins de habitação e melhoria na qualidade de vida em acampamentos de uma população a margem das políticas de acesso a moradia. Nesta atividade, a proposta dedica-se a pensar ecologicamente o desenho do bairro, de maneira que possibilite um entrelaçamento da estrutura construída com os elementos da natureza. A aproximação dos entes cidade e floresta para compreensão dos problemas em torno da imersão da cidade na mata de cerrado e a relação das populações com os fragmentos remanescentes da vegetação predominante no sítio onde se instalou a cidade de Bauru.

Assim, a análise dos percursos de grupos ativos possibilita uma nova forma de entender a cidade contemporânea. Os grupos sociais, identificados a partir de suas práticas de ocupação em terras ociosas, pois circunscrevem formas de resistência da comunidade em meio a escassez de políticas de atendimento ao provimento de habitação. A população ativa, em constante atuação política de resistência, e em condições de errância, em busca de terras para ocupar, desenvolvem certos deslocamentos na cidade contemporânea, o que permite aproximações e uma análise que prescinde de uma abordagem apenas quantitativa. Isto permite a compreensão da complexidade de sua estrutura em constante modificação. A intensidade e a concentração dessas inter-relações estão relacionadas com a presença de certas atividades ou ainda formas específicas de fluxos, tipos de ocupação e possibilidade de novas combinações nesta cena.

5 REFERÊNCIAS

5.1 Artigos

BOUCINHAS, Caio; LIMA, Catharina Pinheiro C. S. **Parque Pinheirinho d'Água: a luta por reconhecimento e visibilidade.** In: Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, v. 20, número 33. São Paulo, 2013. p. 11-34.

CARVALHO, E.T., **"Erosão nos Meios Urbanos: Prevenção e Controle"**. In: Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 5a edição, Bauru/SP, 1995. Anais.

CAVASSAN, Osmar Bauru: **Terra De Cerrado Ou Floresta ?** Ciência Geográfica - Bauru - XVII - Vol. XVII - (1): Janeiro/Dezembro – 2013.

COSTA, G.M.; Costa, H.S. De Moura; Monte-Mor, R. L. De Melo. (2015) (Orgs.) **Teorias e Práticas Urbanas.** Condições para a Sociedade Urbana. C/Arte: Belo Horizonte.

FRANCISCO, José. **Da Paisagem Natural à Paisagem Transformada** – o conceito da desconstrução para uma interpretação da produção do espaço. Vivência. UFRN/CCHLA. n. 33, p. 169-186, 2008.

KLINK, J.; Momm, S. ; Zione.; S. ; Favaretto, A. ; Mencio, M. .(2016) **O campo e a práxis transformadora do Planejamento: reflexões para uma agenda brasileira.** Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 18, 381-392.

MAGALHÃES, K.C., CASTRO, C.M. P. Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo: Contexto Contemporâneo e Desafios: Políticas Públicas. **Novos Usos na Cidade Contemporânea: Inventário da Terra Pública e a destinação dos Remanescentes do Patrimônio Ferroviário no Estado de São Paulo.** ISBN: 978-85-7983-990-0, 2017.

MORETTI, J. A. et al. **A exclusão no acesso à terra pública no estado de São Paulo.** Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDUA, Belo Horizonte, ano 9, n. 53, p. 56-68, set./out. 2010.

OLIVEIRA, Antonio Manoel dos Santos. **FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA AMBIENTAL DO PLANALTO OCIDENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**, 1974. Disponível em:

http://www.univale.br/cursos/tipos/posgraduacao_strictu_sensu/mestrado_em_gestao_integrada_do_territorio/_downloads/por_uma_geografia_do_poder-claude_raffestin.pdf. Acesso em: 26 de fev. 2016

SILVA, Manuel Joaquim Duarte da; BARBIERI, Antonio Carlos. **A urbanização desordenada de Bauru e os problemas decorrentes dos processos erosivos**, XI SIMPEP – Bauru, SP, Brasil, 08 a 10 de novembro de 2004

SOUZA, C. R. de G., “**A Importância da Geomorfologia no Estudo da Gênese de processos erosivos**”. In: Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 5a edição, Bauru/SP, 1995. Anais.

5.2 Capítulos de Livros

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. **Destruição ou desconstrução?** - questões da paisagem tendência de regionalização. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994 16-25.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. ISBN 85-7139-392-3. Available from SciELO Books.

MAGALHÃES, Manuela. **Arquitetura Paisagística.** Morfologia e Complexidade. Lisboa: Editorial Estampa, 2001

MANTZIARAS, Panos. *Ville-Paysage. Rudolf Schwarz e la dissolution des villes.* Metis pressis. , 2008.

MARICATO, E. ARANTES, O. F., VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desorganizando consensos.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

McHARG, Ian. **Poyetar Con la Naturaleza.** Barcelona: Gustavo Gilli, 2002.

SAMPIERI, Angelo. **Nel Paesaggio. Il progetto per la città negli ultimi vent'anni**, 2008.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1997.

CORBOZ, Alan. **Le Territoire comme palimpseste et autres essais**, Les éditions de l'imprimeur, 2001.

5.3 Teses e dissertações

PEREIRA, Raul Isidoro. **O sentido da paisagem e a paisagem consentida: projetos participativos na produção do espaço livre público.** São Paulo, Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, 2006.

MAGALHÃES, K.C. **Altinópolis: Por um projeto da paisagem.** Tese de doutorado apresentada ao PPGEU- Programa de Pós graduação em Engenharia Urbana, UFSCar- Universidade Federal de São Carlos. 26 de agosto de 2016.

VIEIRA, Teresa Maria de Mendia. **A ecologia como fundamento para o desenho da paisagem.** Caso de estudo - Parque urbano da Ribeira dos Mochos <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/5294>.

5.4 Documentos:

Plano de Manejo da Mata Atlântica e e Cerrado de Bauru, Prefeitura Municipal, Bauru -SP, 1998

<http://www.car.gov.br/#/sobre>

<http://iflorestal.sp.gov.br/institutoflorestal/files/2013/03/%C3%81reas-Protegidas-IF.pdf>

<http://www.mst.org.br/2017/10/30/regiao-de-bauru-e-o-novo-pontal-revela-incra-em-audiencia-organizada-pela-cut-e-movimentos-sociais.html> (ACESSO: 15/10/2019)